

Cinqüenta Anos de Jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão

Coletânea original:
JÜRGEN SCHWABE

Organização e introdução
LEONARDO MARTINS

Tradução:
Beatriz Hennig
Leonardo Martins
Mariana Bigelli de Carvalho
Tereza Maria de Castro
Vivianne Geraldес Ferreira

Prefácio:
Jan Woischnik



Konrad
Adenauer-
Stiftung

Programa Estado de Derecho para Sudamérica

Cinqüenta Anos
de Jurisprudência do
Tribunal Constitucional
Federal Alemão

Cinquenta Anos de Jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão

Coletânea original:
JÜRGEN SCHWABE

Organização e introdução
LEONARDO MARTINS

Tradução:
Beatriz Hennig
Leonardo Martins
Mariana Bigelli de Carvalho
Tereza Maria de Castro
Vivianne Geraldine Ferreira

Prefácio:
Jan Woischnik



Konrad
Adenauer-
Stiftung

Programa Estado de Derecho para Sudamérica

© 2005 KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG E.V.

KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG E. V.

Tiergartenstrasse 35

D-10785 Berlin

República Federal de Alemania

Tel.: (#49-30) 269 96 453

Fax: (#49-30) 269 96 555

FUNDACIÓN KONRAD-ADENAUER, OFICINA URUGUAY

Plaza de Cagancha 1356, Oficina 804

11100, Montevideo

Uruguay

Tel.: (#598-2) 902 0943/ -3974

Fax: (#598-2) 908 6781

e-mail: ius@kasuy.org

www.kas.de

Editor Responsable

Jan Woischnik

Organizador

Leonardo Martins

Asistentes de Redacción

Rosario Navarro

Manfred Steffen

Corrector

Paulo A. Baptista

Impreso en Mastergraf

Gral. Pagola 1727 - Tel. 203 47 60*

11800 Montevideo, Uruguay

e-mail: mastergraf@netgate.com.uy

Depósito legal 337.301 - Comisión del Papel

Edición amparada al Decreto 218/96

ISBN 9974-7942-1-8

Impreso en Uruguay – *Printed in Uruguay*

La presente publicación se distribuye exclusivamente en forma gratuita, en el marco de la cooperación internacional de la Fundación Konrad Adenauer

Los textos que se publican son de la exclusiva responsabilidad de sus autores y no expresan necesariamente el pensamiento de los editores. Se autoriza la reproducción total o parcial del contenido citando la fuente.

Sumário

ABREVIATURAS	7
PREFÁCIO	
JAN WOISCHNIK	27
INTRODUÇÃO À JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL ALEMÃO	
LEONARDO MARTINS	33

1ª Parte:

PRELIMINARES CONCEITUAIS E DOGMÁTICAS

§ 1. Quanto à interpretação	129
§ 2. Quanto ao exame da interpretação e aplicação do direito ordinário pelo Tribunal Constitucional Federal	141
§ 3. Quanto aos efeitos da inconstitucionalidade de normas	151
§ 4. Quanto à ordem econômica constitucional	155
§ 5. Quanto à eficácia dos direitos fundamentais em relações especiais de sujeição do titular à autoridade investida de poder público	161
§ 6. Quanto à titularidade de direitos fundamentais por pessoas jurídicas (Art. 19 III GG)	169

2ª Parte:

DIREITO CONSTITUCIONAL MATERIAL I

(Direitos Fundamentais – Art. 1 – 19 GG)

§ 7.	Dignidade da pessoa humana (Art. 1 I GG)	177
§ 8.	Livre desenvolvimento da personalidade (Art. 2 I GG)	187
§ 9.	Direito à vida e à incolumidade física, liberdade da pessoa (Art. 2 II GG)	265
§ 10.	Mandamento de igualdade: igualdade de aplicação da lei e por intermédio da lei (Art. 3 GG)	319
§ 11.	Liberdade de crença, consciência e confessional; Recusa da prestação do serviço militar de guerra (Art. 4 GG)	349
§ 12.	Liberdade de expressão do pensamento, de informação, de imprensa, de radiodifusão e de cinematografia (Art. 5 I GG)	379
§ 13.	Liberdade artística (Art. 5 III GG)	495
§ 14.	Proteção do casamento e da família (Art. 6 GG)	501
§ 15.	Direitos fundamentais escolares e liberdade de estabelecimento escolar privado (Art. 7 GG)	513
§ 16.	Liberdade de reunião (Art. 8 I GG)	523
§ 17.	Liberdade (geral) de associação e de criação de associações profissionais (Art. 9 GG)	557
§ 18.	Sigilo da correspondência, postal e da comunicação telefônica (Art. 10 GG)	589
§ 19.	Liberdade de locomoção (Art. 11 GG)	591
§ 20.	Liberdade profissional (Art. 12 GG)	593
§ 21.	Inviolabilidade do domicílio (Art. 13 GG)	673
§ 22.	Garantia do instituto da propriedade privada e direito fundamental à propriedade (Art. 14 e 15 GG)	719
§ 23.	Proteção contra a retirada da cidadania e extradição, e direito ao asilo político (Art. 16 e 16a GG)	781
§ 24.	Direito de petição (Art. 17 GG)	799
§ 25.	Garantia da via judicial (Art. 19 IV GG)	801

3ª Parte:

DIREITO CONSTITUCIONAL MATERIAL II

(Direito de Organização do Estado)

§ 26.	Princípios constitucionais do Estado I: Ordem federativa (Art. 20 I GG)	821
§ 27.	Princípios constitucionais do Estado II: Estado social (Art. 20 I GG)	827
§ 28.	Princípios constitucionais do Estado III: Estado democrático (Art. 20 I e II GG)	837
§ 29.	Princípios constitucionais do Estado IV: Estado de direito (Art. 20 II 2 e III GG)	845
§ 30.	Direitos adquiridos do funcionalismo público (Art. 33 V GG)	875

4ª Parte:

**DIREITO CONSTITUCIONAL PROCESSUAL
E GARANTIAS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS**

§ 31.	Controle concreto da constitucionalidade das normas (Art. 100 I GG)	893
§ 32.	Direito ao juiz legal (Art. 101 I 2 GG)	899
§ 33.	Extinção da pena capital (Art. 102 GG)	907
§ 34.	Direito ao contraditório em processo judicial (Art. 103 I GG)	913
§ 35.	<i>Nulla poena sine lege</i> e proibição da retroatividade das leis penais (Art. 103 II GG)	925
§ 36.	<i>Ne bis in idem</i> (Art. 103 III GG)	941
§ 37.	Garantias do preso (Art. 104 GG)	945

ANEXOS

I.	Excertos da <i>Grundgesetz</i> (GG) e da Lei Orgânica do TCF (BVerfGG)	953
II.	Quadro sinótico das Decisões apresentadas	977
1.	Ordem dos assuntos e aplicação dos dispositivos constitucionais	977
2.	Ordem cronológica	982
III.	Index Remissivo Conceitual	987
IV.	Bibliografia	991

Índice

ABREVIATURAS	7
PREFÁCIO	
JAN WOISCHNIK	27
INTRODUÇÃO À JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL ALEMÃO	
LEONARDO MARTINS	33
I. Para entender a responsabilidade e autoridade do Tribunal Constitucional Federal Alemão no sistema concentrado do controle de constitucionalidade	35
II. Fundamentos processuais e organizacionais	40
1. Da competência	40
2. Da organização e escolha dos juízes	41
3. Do processo	43
a) Objeto e parâmetro de decisão nos processos de controle de constitucionalidade	43
b) Processo de controle abstrato das normas (<i>abstraktes Normenkontrollverfahren</i>)	45
c) Processo de controle concreto das normas (<i>konkretes Normenkontrollverfahren</i>)	48
d) Processos de verificação e qualificação das normas (<i>Normverifikationsverfahren / Normqualifikationsverfahren</i>)	55

e)	Reclamação Constitucional (<i>Verfassungsbeschwerde</i>)	59
aa)	Papel e alcance da Reclamação Constitucional	59
bb)	Pressupostos, condições e procedimento de admissão (<i>Annahmeverfahren</i>)	60
cc)	Problema da delimitação da extensão da competência do TCF no julgamento de Reclamações Constitucionais contra decisão judicial (<i>Urteilsverfassungsbeschwerde</i>)	66
f)	Processos contenciosos entre órgãos constitucionais (<i>Organstreitverfahren</i>)	68
g)	Processos contenciosos federativos (<i>Bund-Länder-, Bund-Land-, Zwischenländer- und Binnenländerstreitverfahren</i>)	71
h)	Processos de Defesa da Constituição: proibição de partido político, destituição de direito fundamental, denúncia contra o Presidente Federal ou juiz de direito	73
i)	Demais procedimentos: Reclamação eleitoral e apresentação de divergência jurisprudencial	75
j)	Procedimento da medida liminar (<i>Einstweilige Anordnung</i>)	75
III.	Direito constitucional material aplicável	76
1.	Direito de organização estatal	77
2.	Direitos fundamentais	78
a)	"Teoria geral": conceito, funções, vínculo, eficácia, limites, etc.	78
b)	Sistema dos direitos fundamentais da <i>Grundgesetz</i> e sua interpretação pelo TCF	89
3.	O problema da constitucionalização do ordenamento jurídico	95
IV.	A decisão	96
1.	Estrutura	97
2.	Variantes de dispositivo	107
3.	Efeitos	113
a)	Coisa julgada	113
b)	Vínculo de todos os órgãos estatais (§ 31 I BVerfGG)	117
c)	Força de lei (§ 31 II BVerfGG)	124
	BIBLIOGRAFIA	125

1ª Parte:

PRELIMINARES CONCEITUAIS E DOGMÁTICAS

§ 1.	Quanto à interpretação	129
1.	BVerfGE 11, 126 (Nachkonstitutioneller Bestätigungswille)	130
2.	BVerfGE 8, 28 (Besoldungsrecht)	133
3.	BVerfGE 40, 88 (Führerschein)	136
§ 2.	Quanto ao exame da interpretação e aplicação do direito ordinário pelo Tribunal Constitucional Federal	141
4.	BVerfGE 18, 85 (Spezifisches Verfassungsrecht)	142
5.	BVerfGE 43, 130 (Flugblatt)	145
§ 3.	Quanto aos efeitos da inconstitucionalidade de normas	151
6.	BVerfGE 1, 14 (Südweststaat)	152
7.	BVerfGE 21, 12 (Allphasenumsatzsteuer)	153
§ 4.	Quanto à ordem econômica constitucional	155
8.	BVerfGE 50, 290 (Mitbestimmungsgesetz)	156
§ 5.	Quanto à eficácia dos direitos fundamentais em relações especiais de sujeição do titular à autoridade investida de poder público .	161
9.	BVerfGE 33, 1 (Strafgefängene)	162
§ 6.	Quanto à titularidade de direitos fundamentais por pessoas jurídicas (Art. 19 III GG)	169
10.	BVerfGE 21, 362 (Sozialversicherungsträger)	170
11.	BVerfGE 31, 314 (2. Rundfunkentscheidung)	173

2ª Parte:

DIREITO CONSTITUCIONAL MATERIAL I

(Direitos Fundamentais – Art. 1 – 19 GG)

§ 7.	Dignidade da pessoa humana (Art. 1 I GG)	177
12.	BVerfGE 30, 1 (Abhörurteil)	179
13.	BVerfGE 45, 187 (Lebenslange Freiheitsstrafe)	182
§ 8.	Livre desenvolvimento da personalidade (Art. 2 I GG)	187
14.	BVerfGE 6, 32 (Elfes)	190

15.	BVerfGE 34, 238 (Tonband)	195
16.	BVerfGE 99, 185 (Scientology)	198
17.	BVerfGE 96, 56 (Vaterschaftsauskunft)	207
18.	BVerfGE 27, 1 (Mikrozensus)	215
19.	BVerfGE 80, 137 (Reiten im Walde)	218
20.	BVerfGE 65, 1 (Volkszählung)	233
21.	BVerfGE 38, 281 (Arbeitnehmerkammern)	245
22.	BVerfGE 90, 145 (Cannabis)	248
§ 9.	Direito à vida e à incolumidade física, liberdade da pessoa	
	(Art. 2 II GG)	265
23.	BVerfGE 39, 1 (Schwangerschaftsabbruch I)	266
24.	BVerfGE 88, 203 (Schwangerschaftsabbruch II)	273
25.	BVerfGE 16, 194 (Liquorentnahme)	294
26.	BVerfGE 52, 214 (Vollstreckungsschutz)	296
27.	BVerfGE 53, 30 (Mülheim-Kärlich)	299
28.	BVerfGE 77, 170 (Lagerung chemischer Waffen)	307
29.	BVerfGE 19, 342 (Wencker)	309
30.	BVerfGE 20, 45 (Kommando 1005)	315
§ 10.	Mandamento de igualdade: Igualdade de aplicação da lei	
	e por intermédio da lei (Art. 3 GG)	319
31.	BVerfGE 26, 302 (Einkommensteuergesetz)	321
32.	BVerfGE 10, 234 (Platow-Amnestie)	323
33.	BVerfGE 9, 338 (Hebammenaltersgrenze)	325
34.	BVerfGE 39, 196 (Beamtenpension)	329
35.	BVerfGE 48, 327 (Familiennamen)	332
36.	BVerfGE 84, 9 (Ehenamen)	335
37.	BVerfGE 52, 369 (Hausarbeitstag)	336
38.	BVerfGE 39, 334 (Extremistenbeschluss)	340
39.	BVerfGE 8, 28 (Besoldungsrecht)	344
§ 11.	Liberdade de crença, consciência e confessional;	
	recusa da prestação do serviço militar de guerra (Art. 4 GG)	349
40.	BVerfGE 32, 98 (Gesundbeter)	349
41.	BVerfGE 24, 236 (Aktion Rumpelkammer)	355
42.	BVerfGE 33, 23 (Eidesverweigerung aus Glaubensgründen)	359
43.	BVerfGE 93, 1 (Kruzifix)	366

§ 12. Liberdade de expressão do pensamento, de informação, de imprensa, de radiodifusão e de cinematografia (Art. 5 I GG)	379
44. BVerfGE 7, 198 (Lüth-Urteil)	381
45. BVerfGE 12, 113 (Schmid-Spiegel)	395
46. BVerfGE 25, 256 (Blinkfüer)	400
47. BVerfGE 44, 197 (Solidaritätsadresse)	409
48. BVerfGE 93, 266 ("Soldaten sind Mörder")	414
49. BVerfGE 90, 27 (Parabolantenne)	427
50. BVerfGE 20, 162 (Spiegel-Urteil)	438
51. BVerfGE 102, 347 (Benetton / Schockwerbung)	451
52. BVerfGE 52, 283 (Tendenzbetrieb)	461
53. BVerfGE 12, 205 (1. Rundfunkentscheidung)	471
54. BVerfGE 57, 295 (3. Rundfunkentscheidung)	475
55. BVerfGE 73, 118 (4. Rundfunkentscheidung)	484
56. BVerfGE 35, 202 (Lebach)	486
§ 13. Liberdade artística (Art. 5 III GG)	495
57. BVerfGE 30, 173 (Mephisto)	495
§ 14. Proteção do casamento e da família (Art. 6 GG)	501
58. BVerfGE 6, 55 (Steuersplitting)	502
59. BVerfGE 47, 46 (Sexualkundeunterricht)	505
§ 15. Direitos fundamentais escolares e liberdade de estabelecimento escolar privado (Art. 7 GG)	513
60. BVerfGE 52, 223 (Schulgebet)	514
§ 16. Liberdade de reunião (Art. 8 I GG)	523
61. BVerfGE 69, 315 (Brokdorf)	523
62. BVerfGE 92, 1 (Sitzblockaden II)	543
63. BVerfGE 85, 69 (Eilversammlung)	552
§ 17. Liberdade (geral) de associação e de criação de associações profissionais (Art. 9 GG)	557
64. BVerfGE 19, 303 (Dortmunder Hauptbahnhof)	557
65. BVerfGE 42, 133 (Wahlwerbung)	563
66. BVerfGE 28, 295 (Mitgliederwerbung I)	566
67. BVerfGE 50, 290 (Mitbestimmungsgesetz)	567
68. BVerfGE 84, 212 (Aussperrung)	574
69. BVerfGE 92, 365 (Kurzarbeitergeld)	582

§ 18. Sigilo da correspondência, postal e da comunicação telefônica (Art. 10 GG)	589
§ 19. Liberdade de locomoção (Art. 11 GG)	591
§ 20. Liberdade profissional (Art. 12 GG)	593
70. BVerfGE 7, 377 (Apothekenurteil)	593
71. BVerfGE 41, 378 (Rechtsberatungsgesetz)	616
72. BVerfGE 39, 210 (Mühlenstrukturgesetz)	618
73. BVerfGE 11, 30 (Kassenarzi-Urteil)	620
74. BVerfGE 13, 97 (Handwerksordnung)	623
75. BVerfGE 19, 330 (Sachkundenachweis)	633
76. BVerfGE 86, 28 (Sachverständigenbestellung)	638
77. BVerfGE 53, 135 (Puffreisschokolade)	646
78. BVerfGE 95, 173 (Tabakwarnhinweise)	649
79. BVerfGE 33, 303 (Numerus Clausus)	656
80. BVerfGE 98, 169 (Arbeitspflicht)	667
§ 21. Inviolabilidade do domicílio (Art. 13 GG)	673
81. BVerfGE 32, 54 (Betriebsbetretungsrecht)	676
82. BVerfGE 51, 97 (Zwangsvollstreckung I)	683
83. BVerfGE 109, 279 (Lauschangriff)	688
§ 22. Garantia do instituto da propriedade privada e direito fundamental à propriedade (Art. 14 e 15 GG)	719
84. BVerfGE 38, 348 (Zweckentfremdung von Wohnraum)	721
85. BVerfGE 14, 263 (Feldmühle-Urteil)	725
86. BVerfGE 21, 73 (Grundstückverkehrsgesetz)	729
87. BVerfGE 25, 112 (Niedersächsisches Gesetz)	734
88. BVerfGE 31, 229 (Schulbuchprivileg)	738
89. BVerfGE 46, 325 (Zwangsversteigerung)	743
90. BVerfGE 52, 1 (Kleingarten)	745
91. BVerfGE 58, 300 (Nassauskiesung)	755
92. BVerfGE 68, 361 (Eigenbedarf I)	760
93. BVerfGE 100, 226 (Denkmalschutz)	765
94. BVerfGE 93, 121 (Einheitswerte II)	775

§ 23. Proteção contra a retirada da cidadania e extradição, e direito ao asilo político (Art. 16 e 16a GG)	781
95. BVerfGE 74, 51 (Nachfluchtatbestände)	783
96. BVerfGE 80, 315 (Tamilen)	787
97. BVerfGE 81, 142 (Terroristische Betätigung im Exil)	789
98. BVerfGE 94, 49 (Sichere Drittstaaten)	793
§ 24. Direito de petição (Art. 17 GG)	799
§ 25. Garantia da via judicial (Art. 19 IV GG)	801
99. BVerfGE 10, 264 (Vorschuss für Gerichtskosten)	801
100. BVerfGE 24, 33 (AKU-Urteil)	803
101. BVerfGE 35, 382 (Ausländerausweisung)	805
102. BVerfGE 37, 150 (Sofortiger Strafvollzug)	812
103. BVerfGE 84, 34 (Gerichtliche Prüfungskontrolle)	813

3ª Parte:

DIREITO CONSTITUCIONAL MATERIAL II

(Direito de Organização do Estado)

§ 26. Princípios constitucionais do Estado I:	
Ordem federativa (Art. 20 I GG)	821
104. BVerfGE 12, 205 (1. Rundfunkentscheidung)	821
§ 27. Princípios constitucionais do Estado II:	
Estado social (Art. 20 I GG)	827
105. BVerfGE 40, 121 (Waisenrente II)	827
106. BVerfGE 59, 231 (Freie Mitarbeiter)	829
107. BVerfGE 100, 271 (Lohnabstandsklausel)	831
§ 28. Princípios constitucionais do Estado III:	
Estado democrático (Art. 20 I e II GG)	837
108. BVerfGE 44, 125 (Öffentlichkeitsarbeit)	837

§ 29. Princípios constitucionais do Estado IV:	
Estado de direito (Art. 20 II 2 e III GG)	845
109. BVerfGE 8, 274 (Preisgesetz)	845
110. BVerfGE 9, 137 (Einfuhrgenehmigung)	848
111. BVerfGE 17, 306 (Mitfahrzentrale)	852
112. BVerfGE 48, 210 (Ausländische Einkünfte)	855
113. BVerfGE 49, 89 (Kalkar I)	859
114. BVerfGE 34, 269 (Soraya)	865
115. BVerfGE 30, 367 (Bundesentschädigungsgesetz)	869
§ 30. Direitos adquiridos do funcionalismo	
público (Art. 33 V GG)	875
116. BVerfGE 8, 1 (Teuerungszulage)	875
117. BVerfGE 44, 249 (Alimentationsprinzip)	880
118. BVerfGE 39, 334 (Extremistenbeschluss)	885
4ª Parte:	
DIREITO CONSTITUCIONAL PROCESSUAL	
E GARANTIAS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS	
§ 31. Controle concreto da constitucionalidade das normas	
(Art. 100 I GG)	893
119. BVerfGE 1, 184 (Normenkontrolle I)	893
120. BVerfGE 2, 124 (Normenkontrolle II)	897
§ 32. Direito ao juiz legal (Art. 101 I 2 GG)	
121. BVerfGE 4, 412 (Gesetzlicher Richter)	899
122. BVerfGE 42, 237 (Vorlagepflicht)	903
§ 33. Extinção da pena capital (Art. 102 GG)	
123. BVerfGE 18, 112 (Auslieferung I)	907
§ 34. Direito ao contraditório em processo	
judicial (Art. 103 I GG)	913
124. BVerfGE 9, 89 (Gehör bei Haftbefehl)	913
125. BVerfGE 41, 246 (Baader-Meinhof)	917
126. BVerfGE 25, 158 (Rechtliches Gehör bei Versäumnisurteilen)	920

§ 35. <i>Nulla poena sine lege</i> e proibição da retroatividade das leis penais (Art. 103 II GG)	925
127. BVerfGE 14, 174 (Gesetzgebundenheit im Strafrecht)	925
128. BVerfGE 32, 346 (Strafbestimmungen in Gemeindesatzungen)	929
129. BVerfGE 26, 41 (Grober Unfug)	931
130. BVerfGE 25, 269 (Verfolgungsverjährung)	934
§ 36. <i>Ne bis in idem</i> (Art. 103 III GG)	941
131. BVerfGE 23, 191 (Dienstflucht)	941
§ 37. Garantias do preso (Art. 104 GG)	945
132. BVerfGE 10, 302 (Vormundschaft)	945
ANEXOS	951
I. Excertos da <i>Grundgesetz</i> (GG) e da Lei Orgânica do TCF (BVerfGG)	953
II. Quadro sinótico das Decisões apresentadas	977
1. Ordem de assuntos e aplicação dos dispositivos constitucionais	977
2. Ordem cronológica	982
III. Index Remissivo Conceitual	987
IV. Bibliografia	991